

A EPISTEME DA GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Elói Martins Senhoras¹**Resumo**

O presente artigo apresenta o manifesto para uma episteme do subcampo científico intitulado como Geografia das Relações Internacionais, o qual busca trazer uma reoxigenação teórica e analítica nos estudos geográficos por meio de um enfoque plural e absorvente que se alicerça na existência de diferentes metageografias e na utilização multidisciplinar de contribuições endógenas e exógenas à Geografia. Com base em uma abordagem reflexiva sobre a atualização do pensamento geográfico, o objetivo do texto é publicizar uma inovativa *episteme* que naturalmente tem se difundido de maneira incremental e voluntária no campo científico da Geografia por meio do uso de diversificados procedimentos metodológicos e novas proposições teóricas.

Palavras-chave: Geografia das Relações Internacionais; Metageografias; Procedimentos Metodológicos.

Abstract

This article presents a manifesto for an episteme of the scientific subfield labeled Geography of International Relations, which seeks to bring a theoretical and analytical reoxygenation in the geographical study through a plural and absorbent approach that has been founded on the existence of different metageographies and the multidisciplinary use of endogenous and exogenous contributions related to Geography. Taking for granted a reflective approach on the update of geographical thought this paper aims to publicize an innovative *episteme* that has been diffused by an incremental and non-intentional trend in the scientific field of Geography using diverse methodological procedures and new theoretical propositions.

Keywords: Geography of International Relations; Metageographies; Methodological procedures.

¹ Professor e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF) e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. Pós-Doutor em Ciências Jurídicas. Foi *visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University e *visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Leciona a disciplina “Geografia das Relações Internacionais”.

A EPISTEME DA GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Não há verdades definitivas, apenas interpretações sobre a realidade, condicionadas pelo ponto de vista de quem as propõe”.

Friedrich Nietzsche

Os avanços na produção e na renovação do conhecimento geográfico são apresentados neste artigo por meio da introdução de rupturas incrementais ao paradigma tradicional a partir de um recorte interdisciplinar absorvente de investigação intitulado como *Geografia das Relações Internacionais*.

Uma vez que os estudos geopolíticos do século XIX representaram o estado da arte para a interpretação dos problemas internacionais e assim influenciaram uma série de ciências sociais que surgiram no começo do século XX tal como a área de política internacional, hoje a geografia passa por um momento ímpar de revalorização, quando a geografia política é retroalimentada pelas influências teóricas do campo de relações internacionais e economia política internacional, por dela antes derivados.

Segundo Hissa e Gerardi (2001), a geografia não está alheia aos movimentos de vanguarda, pois parte significativa dos seus desenvolvimentos teóricos contemporâneos tem sido alicerçada na valorização de novas sensibilidades originadas no próprio pensamento de caráter espacial, híbrido por natureza e que se concebe da auto-reavaliação de seus próprios conteúdos previamente construídos.

Embora o projeto interdisciplinar da geografia das relações internacionais não represente uma “nova geografia”, ele é a manifestação de uma nova sensibilidade geográfica interdisciplinar que busca a fuga de rupturas por meio da formação de novas alianças para integrar diversas áreas do conhecimento uma vez que nenhuma área é autônoma ou produz um saber totalizante.

Descartadas as diferentes conotações técnicas empregadas pelos cientistas sociais, “geopolítica”, “geografia política”, ou “política geográfica”, estes são todos termos de uma ciência que procura utilizar as variáveis das ciências das terras, economia, demografia e ciência política para formular uma perspectiva nas relações internacionais (ROSE, 1965, p. 05).

A concepção de que existe um sub-campo epistemológico chamado intitulado como “Geografia das Relações Internacionais” é baseada na compreensão de que a geografia está criticamente envolvida com os atuais problemas internacionais ao convergir a teorização da temporalidade passada e presente aos efeitos práticos e visíveis da espacialidade.

Neste sentido, a Geografia das Relações Internacionais não difere em relação ao quadro científico maior intitulado por diferentes conceitos como “geopolítica”, “geografia política”, ou “política geográfica”, pois trata-se apenas de uma reatualização científica ao seu tempo uma vez que o espaço não é uma categoria analítica neutra ou um simples pano de fundo passivo e contínuo para o desenvolvimento das relações humanas, mas antes, é produzido por forças sociais e históricas e assume diferentes significados e formas de acordo com as práticas espaciais dominantes em cada formação social (LEFEBVRE, 1991).

A partir desse quadro analítico, o artigo se caracteriza como um manifesto científico a favor de um recorte pluralista na análise internacionalista, pretendendo trazer uma reflexão teórica e metodológica sobre a ótica da Geografia das Relações Internacionais por meio de quatro recortes basilares que se inter-relacionam:

Na primeira seção, “Introdução”, o artigo parte de um exame conjuntural das transformações atuais no mundo que justificam a razão para o surgimento de uma proposição investigativa intitulada como Geografia das Relações Internacionais, a qual busca romper as limitações existentes nos estudos tradicionais de geografia por meio de uma nova *episteme*.

Na segunda seção, “O sub-campo da Geografia das Relações Internacionais”, o texto procura analisar o que é a Geografia das Relações Internacionais a partir de uma visão absorvente enquanto um sub-campo do conhecimento não-monolítico que é construído pluralmente por diferentes procedimentos metodológicos e proposições teóricas.

Na terceira seção, “Alianças para uma Geografia das Relações Internacionais”, apresenta-se uma discussão sobre o núcleo duro deste sub-campo científico a partir da identificação de diferentes vetores teóricos-conceituais, bem como de análise descritiva e normativa, advindos de as alianças internas e externas ao campo maior das ciências geográficas.

Na quarta seção, “Últimas considerações à guisa de conclusão” são tecidas a fim de retomar conceitos discutidos ao longo do texto e que prospectam oportunidades e desafios para a agenda de construção epistemológica e metodológica no sub-campo da Geografia das Relações Internacionais.

1. Introdução

A globalização pode ser vista como um processo histórico-social de longa duração e com vastas proporções, abalando drasticamente os quadros de referência dos indivíduos, das coletividades e das teorias, pois o seu dinamismo temporal e espacial rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando novos processos, novas estruturas e novas formas de sociabilidade, que se articulam e se impõem aos povos, tribos, nações e nacionalidades.

Muito do que aparentava estar estabelecido em geografia em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativos aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, tornando-se anacrônico, razão pela qual faz-se necessário introduzir novos olhares e instrumentos de análise.

Os territórios e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações parecem mesclar-se, tencionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades. As coisas, as pessoas e as idéias movem-se em múltiplas direções, desenraizam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se.

A partir desse novo dinamismo espacial e temporal engendrado pelo processo de globalização está em curso um movimento reflexivo de gênese de uma nova totalidade epistemológica, abarcando a convergência da geografia, econômica, política, jurídica e cultural, conhecida como estudos de Geografia das Relações Internacionais.

A análise da geografia das relações internacionais tem características *suis generis* de uma recente perspectiva que é campo de confluência da *geopolítica*, da *geoeconomia*, do *geodireito* e da *geocultura* por se fundamentar nas discussões, respectivamente, estratégicas e políticas dos lugares; nas redes e fluxos logísticos, comerciais e financeiros; e nas redes de informações, migrações e culturas, ao definir as relações e lógicas espaciais de poder *intra* e *inter* territórios e fronteiras, que redesenham constantemente os contornos do mapa do mundo atual.

A Geografia das Relações Internacionais embora seja uma área de convergência epistemológica de estudos, ultrapassa os limites de cada contribuição isolada segundo um formato dialógico que absorve e projeta novos conceitos, teorias e procedimentos metodológicos para o desenvolvimento de uma reflexão de vanguarda.

Com a redefinição do papel dos territórios nacionais e da compressão do tempo no processo de globalização, tem-se observado que a primazia dos estudos geopolíticos perde destaque frente aos estudos geoeconômicos, geoculturais e de geodireito, que assumem importância crescente, ao desvelarem o caráter dinâmico das redes e fluxos logísticos, comerciais e humanos que não respeitam as fronteiras dos Estados.

A partir desse quadro analítico, que transmuta na realidade e traz impactos sob o campo teórico, se por um lado os estudos geopolíticos e de geodireito têm um caráter estático e exclusivamente focado no Estado, por outro lado, os estudos geoeconômicos e geoculturais sozinhos, embora introduzam uma pluralidade de outros atores e valores ao foco de estudo, são insuficientes para explicar a dinâmica da globalização.

A Geografia das Relações Internacionais tem um caráter inovador ao estudar esse novo "ciclo" da história, por meio de um recorte metodológico pluralístico, as relações, processos e estruturas polarizadas no espaço mundial em termos de integração e acomodação, assim como de

fragmentação e contradição, envolvendo sempre as condições e as possibilidades de soberania e hegemonia.

2. O sub-campo da Geografia das Relações Internacionais

Um campo científico tem sido tradicionalmente entendido como qualquer segmento relativamente autônomo dotado de lógica própria; domínio auto-contido e auto-referido de atividades, onde os pesquisadores se conhecem e se reconhecem mutuamente, interagem de acordo com as posições que ocupam, mantendo entre si relações de cooperação e concorrência com vistas ao desenvolvimento teórico.

A geografia tem sido reconhecida como um campo científico construído ao longo de mais de um século por uma série diferenciada de sistemas de interesses e de solidariedade, que a levou a uma incessante de autodefesa e de reafirmação de identidades, mas ao mesmo tempo a recorrentes críticas ao campo, com recorrentes discursos de crise e críticas ao método.

O paradigma de explicação geográfica da realidade vem sofrendo críticas que têm provocado abalos nos seus fundamentos e na sua estrutura conceitual, bem como têm fragilizado o seu sistema de legitimações, pois parte da comunidade científica compartilha uma insatisfação para com o paradigma vigente, o que gerou a procura de modelos alternativos de procedimento científico, onde a geografia das relações internacionais se insere.

Tabela 1 - Características de um Campo Científico

<i>Foco</i>	Os campos científicos se constituem como domínios específicos ao canalizarem a atividade de pesquisadores para a consecução de fins comuns, apoiados em teorias e valores compartilhados. Os campos científicos estabelecem os princípios que regulam as relações de cooperação e competição entre os pesquisadores, bem como os termos nos quais são definidos os seus estudos.
<i>Autonomia</i>	Os campos científicos mantêm uma relativa e variável autonomia em comparação a outros campos, cujas relações tendem a ser marcadamente assimétricas devido aos diferentes tamanhos e poder de atração. Entre os campos é permanente a disputa pela primazia, que se mede em termos de reconhecimento, prestígio, poder e recursos materiais.
<i>Auto-Referência</i>	Nos campos científicos a auto-referência designa aos esforços de observação e identificação do próprio campo pela referência a teorias, pesquisas e pesquisadores, com a finalidade de construção de fronteiras delimitadas. A auto-referência pode se dar em três níveis diversos, de crescente complexidade, como auto-observação, auto-descrição e auto-reflexão.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Sebastião (2005).

Partindo desse quadro tortuoso de construção de um reconhecido campo que é a geografia, a intenção de apontar para o surgimento de uma pretensa nova e distinta área que pode se tornar em sub-campo de especialização, que é a Geografia das Relações Internacionais, faz parte de um esforço de renovação dos estudos geográficos ligado à interdisciplinaridade e às novas temáticas de interdependência internacional das escalas no mundo globalizado.

O foco do sub-campo da Geografia das Relações Internacionais parte de uma linha de pesquisa que é orientada para a construção de um núcleo duro com o objetivo de aplicar os instrumentais analíticos da geografia tradicional dentro de uma convergência transdisciplinar para a reflexão do espaço no sistema internacional.

Como a autonomia não é nunca uma condição dada, pois resulta de um trabalho incessante de autodefesa e de reafirmação de identidades, a construção da Geografia das Relações Internacionais passa necessariamente pela construção de um sistema de comunicação próprio por meio de conceitos próprios.

A construção de auto-referência da Geografia das Relações Internacionais implica a expressão deste artigo e de outros estudos que possam adensar a formação deste sub-campo de especialização, pois é somente através de estudos de epistemologia e da decantação de teorias e de metodologias que a edificação do quadro de referência da geografia das relações internacionais pode surgir.

2.1. O plural paradigma da Geografia das Relações Internacionais

Uma vez que novas abordagens teóricas desenvolvidas em concomitância com o estudo de novos objetos têm a finalidade de propor a formação de novos paradigmas, a reavaliação dos estudos geográficos adquire relevância a partir de conceitos humanístico como das relações internacionais (DURAND, 2006).

Porém, como a mudança de paradigma nunca é linear ou pacífica pois sempre é provocada pelo surgimento de anomalias, quando o velho já não mais explica os fenômenos, a proposição de uma geografia de relações internacionais advém para responder à compressão temporal e ao distensionamento escalar em função da incapacidade dos estudos clássicos de geopolítica explicarem a atual dinâmica internacional a partir de apenas uma perspectiva realista.

A transição do paradigma dominante conhecido como geopolítica ou geografia política para um paradigma emergente chamado de Geografia das Relações Internacionais implica em um contencioso de aceitação e negação que nem sempre se processará de maneira linear mas antes se fará por meio de negociações acadêmicas através da cristalização de influências na comunidade científica.

O paradigma da complexidade da Geografia das Relações Internacionais coloca a necessidade de compreender abertamente a interdependência e interconexão dos fenômenos internacionais em suas dimensões sociais, normativas, culturais, ambientais e econômicas que vão além da fronteira disciplinar do realismo conflitivo da geografia política.

Ao fazer parte de um novo contexto internacional, a Geografia das Relações Internacionais surge enquanto um novo sub-campo epistemológico, com um *método pluralista* propositivo a um anarquismo metodológico que é contrário a uma convergência unilateralista de perspectiva teórica ou a uma monocultura institucional.

Como a geografia passa um período de transição paradigmática na interpretação dos problemas internacionais, onde o velho ou clássico arcabouço teórico da geopolítica não mais se mostra tão eficiente ou hegemônico como fora no século XIX e início dos anos XX, o novo arcabouço teórico dos estudos geoestratégicos que compõem o sub-campo da Geografia das Relações Internacionais ainda não está plenamente conformado ou mesmo identificado como uma nova proposição teórica na geografia para o século XXI.

As bases do paradigma da complexidade da Geografia das Relações Internacionais deve necessariamente pautar-se por uma relação plural e de coexistência junto a outros paradigmas, tendências acadêmicas ou escolas teóricas a fim de absorver diferentes contribuições de síntese e assim se tornar em um canal científico absorvente e portanto pluralista.

A concepção pluralista da Geografia das Relações Internacionais indica a possibilidade dos cientistas sociais optarem pela reconstrução crítica da realidade a partir de uma corrente teórica específica, embora sem perder a contextualização maior que todo conhecimento é relativo e que portanto existe uma pluralidade de outros métodos de pesquisa, uma pluralidade caminhos para a produção e difusão do conhecimento, ou mesmo o reconhecimento que existem outros saberes que vão além do teórico-científico.

O pluralismo metodológico e epistemológico enquadra-se dentro de uma concepção democratizante do conhecimento à la Habermas (1997), de um lado, ao quebrar o monopólio de algumas ditaduras teóricas que buscam se perpetuarem como monoculturas institucionais dentro da evolução histórica da ciência, de outro lado, ao buscar construir uma esfera pública comunicacional que é plural enquanto um esforço cooperativo com sentido claro para a ampliação de estudos em escala internacional.

A Geografia das Relações Internacionais trata-se, portanto de um arquétipo de ciência aberta para a construção social aonde se registra que não existe objetividade ou neutralidade científica, mas antes diferentes perspectivas sociais de construção do conhecimento pois a realidade é composta por uma *pluralidade de atores* com suas respectivas matizes subjetivas e interesses específicos.

Cooperação e conflito fazem parte das rugosidades criadas pela ação geoestratégica dos atores, demonstrando que a complexidade temporal e espacial presente no sistema internacional redefine a geopolítica em uma concepção mais aberta e absorvente, tendo como pauta a pluralidade, o relativismo e a coexistência de perspectivas, abdicando assim de uma hegemonia do exclusivismo.

Tal como a projeção escolhida ou o ângulo sob o qual o cartógrafo constrói um mapa nunca é neutro, da mesma maneira qualquer perspectiva teórica a ser utilizada na no sub-campo da Geografia das Relações Internacionais também não é, demonstrando que existem múltiplas possibilidades de interpretação da realidade e portanto de construção da ciência.

2.2. A construção teórica no sub-campo da Geografia das Relações Internacionais

Na construção de uma teoria no sub-campo da Geografia das Relações Internacionais, os procedimentos de indução e dedução se fazem presentes, apesar de suas limitações, o que faz com que a criatividade seja em última instância a sua definidora nas análises por meio de uma série de procedimentos metodológicos.

Waltz (1979), apesar de identificar as deficiências e problemas do mundo da experimentação e da observação, argumenta que as teorias não são divorciadas da dedução e da indução, mas são indiretamente conectadas a elas, razão pela qual metodologicamente existem diferentes lógicas científicas na construção do conhecimento.

Deixando de lado as posições extremadas ou polarizadas de um racionalismo puro ou de um empirismo puro, segundo Hanson (1997), o conhecimento deve resultar de um trabalho equilibrado dos sentidos e da razão, uma vez que a observação e a interpretação são processos simultâneos e indissociáveis.

Além do uso instrumental das lógicas de indução e da dedução na pesquisa para o desenvolvimento ou uso de teorias, estas têm que conter conceitos operatórios do próprio sub-campo de Geografia das Relações Internacionais ou das alianças nele conformadas, que são advindas da invenção e criatividade de uma reflexão sobre a realidade.

Dentro desse cenário, uma teoria da Geografia das Relações Internacionais deve ser construída através de simplificações, pois é através delas que se move de estudos que indicam as relações de causa e interdependência de fatos para formulações teóricas de explicação. Quatro procedimentos podem ser utilizados em variáveis e interações para se chegar à simplificação: a) isolamento, b) abstração, c) agregação, e d) idealização.

Tabela 2 - Limitações dos procedimentos de Indução e Dedução

<i>Procedimentos</i>	<i>Limitações</i>
Dedução¹ ¹O procedimento hipotético-dedutivo define o objeto e suas leis e disso deduz propriedades e previsões.	A limitação da dedução acontece, pois o conhecimento é potencialmente infinito e sem um guia não há como reunir informação de forma a torná-lo compreensível. A dedução pode fornecer novas informações, mas nunca novo conhecimento, pois ela sempre está assentada em premissas teóricas.
Indução² ²O procedimento hipotético-indutivo apresenta suposições sobre o objeto, realiza observações e experimentos e chega à definição de fatos, leis, propriedades e previsões.	A limitação da indução acontece, pois a acumulação de dados e de correlações não necessariamente leva a um conhecimento final ou causal. Representa apenas um quebra-cabeças que pode ser organizado, mas não explicado. Como pensamento hipotético, a indução confirma ou não associações, mas não cria teorias².

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Kneller (1980); Nagel (1978) e Waltz (1979).

Ao combinar o procedimento do racionalismo dedutivo e do procedimento empirista indutivo junto à criatividade para a conformação de teorias, a geografia das relações internacionais tem uma concepção construtivista da ciência, que é moldada através de modelos explicativos da realidade e não por meio de uma representação da própria realidade.

Como o conhecimento é uma construção lógico-intelectual e uma construção experimental, o geógrafo não espera que sua teoria apresente a realidade em si mesma, mas espera que ofereça estruturas e modelos de funcionamento da realidade, explicando os fenômenos internacionais observados em diferentes espacializações.

Tal como em Weber (1993), os marcos teóricos da Geografia das Relações Internacionais explicam apenas parte da realidade e portanto são distintos da realidade, razão pela qual o cientista não deve esperar apresentar uma verdade absoluta, mas sim uma explicação aproximada de uma parte da realidade.

Em sua fundamentação teórica, a Geografia das Relações Internacionais traz um recorte escalar da realidade que indica a partir de determinadas periodizações somente que alguns fatos são mais importantes que outros e especifica relação entre eles. Sua utilidade é dada pela sua *capacidade de explicação* e pelo *poder de predição*.

2.3. Procedimentos metodológicos na Geografia das Relações Internacionais

Os procedimentos metodológicos que balizam os estudos em Geografia das Relações Internacionais são apreendidos conforme a natureza das dimensões instrumentais existentes em toda pesquisa, as quais se alicerçam quanto à *finalidade*, por meio das lógicas dedutiva ou indutiva;

quanto aos *meios*, por meio de análises quali-quantitativas; e, quanto às macro e micro *técnicas* de investigação utilizadas na produção dos conhecimentos.

Quanto à *natureza dos fins* na instrumentalização dos procedimentos metodológicos empreendidos pelo campo de Geografia de Relações Internacionais existe, tanto, uma clara dimensão dedutiva alicerçada na descrição e explicação dos fenômenos, quanto, uma dimensão indutiva, que se assenta na prescrição por meio do uso de teorias e da construção de cenários (CHEMIN, 2010).

Na dimensão dedutiva, os estudos obedecem a uma lógica racionalista de dedução em que as conclusões pontuais são tiradas com base nos conhecimentos gerais previamente existentes, ao se partir de marcos gerais e findando com proposições sobre fatos específicos, uma vez que as análises partem da abstração de teorias e de marcos gerais até chegarem à concretude empírica da realidade com conclusões particularidades.

Na dimensão indutiva, os estudos partem de uma lógica racionalista de indução que toma como referência inicial a concretude, por meio de um número significativo de casos ou fatos particulares da realidade empírica a fim de se chegar a marcos gerais de teorização, com o surgimento de explicações unicamente com a observação de fatos, repercutindo assim na produção de novos conhecimentos ou teorias generalistas.

Quanto à *natureza dos meios* utilizados nos procedimentos metodológicos existe uma dimensão quali-quantitativa na Geografia das Relações Internacionais que combina o uso de métodos qualitativos e/ou quantitativos de estudo, o que repercute em uma multiplicidade analítica de olhares sobre um mesmo fenômeno internacional (DERVIN *et al.*, 2003).

Nos estudos qualitativos há a abertura para a utilização de abordagens reflexionistas por meio do uso de técnicas científicas que valorizam a subjetividade do analista no estudo dos fenômenos internacionais segundo distintos paradigmas ideológicos possíveis de serem utilizados por ele.

Nos estudos quantitativos existe uma posituação na ciência por meio de uma abordagem racionalista que presa pela utilização de determinadas técnicas instrumentais de matematização dos fenômenos e do espaço a fim de garantir maior objetividade na análise com base no registro de dados e fatos.

Quanto à *natureza das técnicas* usadas pela Geografia das Relações Internacionais há uma dimensão tecnicista de promoção dos estudos quali-quantitativos que reside em um conjunto de técnicas amplamente utilizadas metodologicamente na promoção das pesquisas com análises estáticas (descrição) e dinâmicas (construção de cenários prospectivos).

As principais técnicas científicas utilizadas pela Geografia das Relações Internacionais são categorizadas por meio de uma base geral de *macrotécnicas qualitativas* (revisão bibliográfica e

documental, bem como, revisão integrativa²) e por um conjunto específico e distinto de *microtécnicas qualitativas* (análise de discurso, registro fotográfico, entrevistas, e, aplicação de questionários abertos e semi-estruturados) e *microtécnicas quantitativas* (análise de conteúdo, aplicação de *surveys* e elaboração de mapas, gráficos e tabelas).

2.4. Discussões epistemológicas na construção da Geografia das Relações Internacionais

A ciência é um empreendimento humano socialmente construído de conhecimentos sobre a natureza e o homem de modo que o seu uso exploratório não se manifesta de maneira isolada ou aleatória no tempo e no espaço, mas antes, envolve uma história, um método de investigação e uma comunidade de investigadores (KNELLER, 1980).

Na construção de um sub-campo de especialização da ciência, o uso de uma metodologia segue regular e ordenadamente um caminho através do qual uma certa finalidade ou objetivo científico deve ser alcançado. No caso do conhecimento, é o caminho ordenado que o pensamento segue por meio de um conjunto de regras e procedimentos racionais.

Como um instrumento racional para adquirir, demonstrar ou verificar conhecimentos, a metodologia científica está assentada principalmente no conceito de *teoria*, que é uma aproximação do conhecimento, e por isso constrói ou explica uma parte da realidade, uma vez que existe uma infinidade de dados e uma infinidade de possíveis explicações para esses dados. As teorias são conjunturais e não explicam os fatos conclusivamente.

As teorias não são verdades, muito menos são a própria realidade, são apenas explicações científicas de um fragmento da realidade, que incorporam concepções ideológicas, discursos descritivos e pressupostos teóricos, os quais são incorporados quando tornam a explicação dos fatos possível.

Uma vez que a ciência propõe explicações verificáveis, mas não verdades imutáveis, por isso existe uma história da ciência, na qual boa parte dos enunciados se modifica ou é substituído por uma sucessão de novas teorias. Nessa evolução, a história da ciência é interpretada por diferentes autores através de continuidades ou rupturas, podendo trazer importantes subsídios para a construção metodológica do sub-campo de geografia das relações internacionais.

Através da provocadora tese do “anarquismo metodológico” acerca da multiplicidade dos métodos, Feyrabend (1977), afirma que as teorias que se sucedem são incomensuráveis. Dentro dessa concepção, a incomensurabilidade altera profundamente o sentido do progresso científico,

² Nos estudos qualitativos estão presentes a técnica de *revisão bibliográfica e documental* para derivação de informações sobre os fenômenos em arquivos físicos e eletrônicos *vis-à-vis* ao uso da técnica de *revisão integrativa* que se fundamenta na integração de informações sobre fenômenos por meio de estudos bibliométricos em quadros temáticos de relevância.

substituindo-o pela idéia de uma descontinuidade radical, de uma caminhada cega do pensamento científico.

Por outro viés, Lakatos (1983) ao dialogar com Feysabend define a evolução da ciência como um “campo de batalha de programas de investigação” e não de teorias isoladas, onde a história da ciência é construída por uma metodologia progressiva que substitui a regressiva, através de programas de pesquisa que progridem e degeneram.

Khun (1996) põe em destaque o progresso da teoria vinculada à noção de paradigmas de ciência, que são distintas formas sucessivas do pensamento e de práticas científicas que pertencem a um mesmo modelo fundamental de conhecimento. A evolução da teoria científica acontece por dois formatos complementares da trajetória das comunidades científicas dentro dos paradigmas. A via principal acontece através do desenvolvimento e resolução de quebra-cabeças da ciência normal por um padrão acumulativo e com regras específicas em determinado paradigma pela comunidade científica. A via extraordinária ou revolucionária acontece na transição paradigmática, marcada pelas rupturas e descontinuidades na proposição de soluções às anomalias da ciência normal³.

A partir dessas diversas interpretações da construção científica, observa-se que se por um lado o desenvolvimento da ciência tem uma dinâmica com a arborescência de sub-campos cada vez mais diversos e especializados por meio de um progresso irreversível, por outro lado, no desenvolvimento científico, questões abandonadas ou negadas por uma especialização passaram silenciosamente para outras, ressurgiram em um novo contexto teórico, que vai além da proliferação das disciplinas.

Dentro desse referencial, Prigogine e Stengers (1984) propugnam que o caráter fundamentalmente aberto da ciência seja reconhecido através de alianças, pois é através da complementaridade de saberes que podem surgir campos *suis generis* de conhecimento que possam melhor responder aos problemas da realidade.

São nas interseções entre disciplinas, por ocasião da convergência entre vias de aproximação separadas, que são ressuscitados problemas que se julgavam resolvidos e que se pode insistir sob uma forma renovada em questões da realidade não respondidas pela compartimentação disciplinar.

Como a geografia tradicional não consegue explicar a totalidade por meio de seus métodos clássicos, as alianças com outros campos do conhecimento e a interdisciplinaridade dentro da

³ A história de uma ciência madura guiada por um paradigma é dividida em fases normais e fases revolucionárias. Na primeira fase, os pesquisadores desenvolvem as implicações de um paradigma o mais completamente possível: não criticam o paradigma e nem buscam alternativas para ele, pois há os padrões para o trabalho dentro da ciência que governa. O paradigma coordena e dirige a atividade de solução de “quebra-cabeças”, “charadas” ou “enigmas” do grupo dos cientistas que trabalham em seu interior. Na segunda fase, a crise ocorre quando os cientistas não conseguem resolver muitos problemas com os quais o paradigma defronta. O acúmulo de anomalias leva o cientista a procura de outro paradigma baseado em diferentes pressupostos.

própria geografia se tornam estratégias necessárias para explicar a dinâmica da realidade dada a crescente imposição fluida dos fenômenos.

As alianças são estratégicas a fim de permitir que os discursos herméticos à geografia sejam ampliados e para que os eventos possam definir a própria renovação das ciências, quebrando determinadas monoculturas institucionalizadas na ciência e trazendo novos métodos e novas linguagens de expressão para designar o novo e sua dinâmica.

Com o advento da globalização, a Geografia das Relações Internacionais surge como um novo corpo teórico resultante de uma produção socialmente construída por alianças nas determinações relacionais de seu tempo histórico, e, portanto, se distancia de uma concepção tradicional de que toda ciência se coloca de forma neutra e desinteressada.

3. Alianças para uma Geografia das Relações Internacionais

Na construção da área de Geografia das Relações Internacionais falta ainda um progresso de teorização, a fim de acumular uma série de elementos conceituais, o que torna necessário um esforço sistemático de depuração analítica para melhor visualizar o campo de atuação e suas fronteiras teóricas, não retirando a sua característica interdisciplinar de confluências teóricas que o consolidam a partir de uma natureza *suis generis*.

Em tal empreitada tem importância a abstração das principais matrizes teóricas e metodológicas que conformam o campo dentro de um paradigma interdisciplinar, absorvente e plural a fim de reconhecer qual é o aparato intelectual que é próprio e funcional à Geografia das Relações Internacionais.

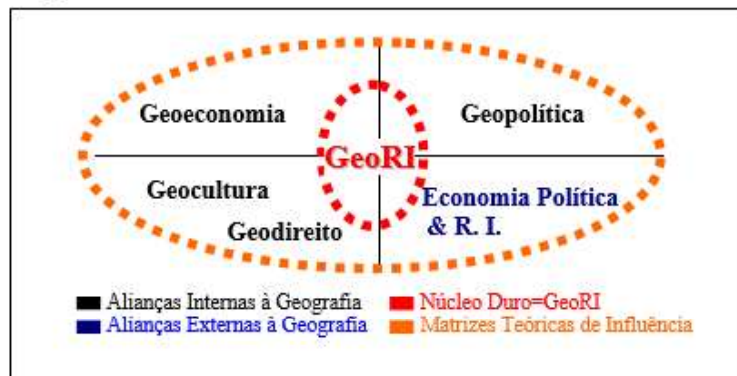
As alianças de cada especialização ao convergirem para uma discussão integrada criam um núcleo duro de conceitos, que mostra o caráter *suis generis* da Geografia das Relações Internacionais e torna possível a compreensão dos limites e alcances de cada especialização da aliança.

Surge um núcleo duro convergente de hibridação de métodos que denomina-se Geografia das Relações Internacionais, por meio de *alianças internas* à geografia na área dos estudos geoestratégicos, tais como os estudos em geoeconomia, geopolítica, geodireito e geocultura, bem como, por meio de *alianças externas* na área humanística e de ciências sociais aplicadas, com destaque aos estudos de economia política e das relações internacionais.

O núcleo duro de estudos da Geografia das Relações Internacionais traz um avanço no recorte de estudos da geografia tradicional, pois existe uma fuga de análises ultraespecializadas de sub-campos relativamente autônomos que simplificam a realidade em detrimento de um recorte

mais sistêmico de interpenetração de áreas que traz uma visão mais enriquecida da complexidade do espaço.

Figura 1 - Matrizes teóricas de Influência da GeoRI



Fonte: Elaboração própria.

O reconhecimento do aparato intelectual da Geografia das Relações Internacionais é antes de mais nada um esforço desafiador que busca a habilitação de abertura da fronteira de possibilidades do campo com o duplo objetivo de formar uma identidade e uma metodologia, por meio do diálogo de estudos fáticos (geoeconomia, geopolítica, economia política e relações internacionais), estudos normativos (geodireito) e estudos axiológicos (geocultura).

O grande desafio desse esforço é consolidar as características próprias da área sem se confundir com a mescla de matrizes teóricas de influência, uma vez que a multidisciplinaridade faz parte do caráter *suis generis* do campo, que é permeável e não fechado, mas têm um núcleo duro definido por discussões baseadas em fatos, normas e valores.

Como nenhuma especialização científica é fixa, a Geografia das Relações Internacionais pode aprender com os demais ramos da geografia que o dinamismo, a cumulatividade e a transformação da trajetória de construção do campo deve estar relacionado com a busca de um conhecimento ligado à totalidade da realidade e com a abertura a correções e a críticas.

Dentro desse cenário, na criação da identidade e da metodologia é pertinente o constante espírito de indagação sobre os fatos (análise fática), sobre princípios, regimes e leis (análise normativa) e sobre valores (análise axiológica) a fim de saber de onde veio a área, bem como, apontar para onde vai dentro da complexa dinâmica que é engendrada na construção do espaço pelas relações internacionais.

3.1. Núcleo duro da Geografia das Relações Internacionais

A concepção científica do subcampo da Geografia das Relações Internacionais está alicerçada em um tripé explicativo das suas diferentes dimensões de discussão, as quais se manifestam na produção de ciência que tem uma natureza descritiva, quando orientada à análise e explicação dos fenômenos, bem como normativa, quando, orientada para a prescrição de ações e políticas.

Como ramo científico, as características da análise da Geografia das Relações Internacionais se manifestam por meio de um campo epistemológico eclético e absorvente, tanto, em *análises descritivas*, de natureza positiva, crítica ou reflexionista por meio de perguntas que buscam responder a problemas basilares, quanto, em *análises normativas*, de natureza prescritiva por meio de sugestões ao *policymaking*.

Os problemas basilares do estudo da Geografia das Relações Internacionais residem na existência de diferentes *forças* produzidas por *atores sociais* com dinâmica internacional, as quais produzem *poder* no espaço e no tempo, sendo passíveis de análise e explicação por meio da abstração de determinadas dinâmicas geoeconômicas, geoculturais e geopolíticas, quando fundamentadas por marcos analíticos de espacialização e periodização (SENHORAS, 2010).

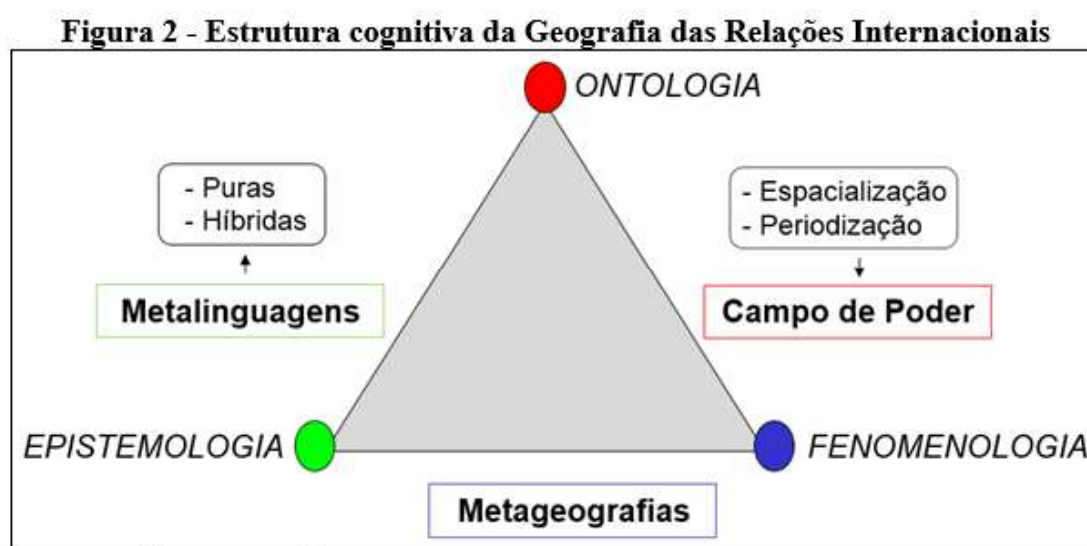
Em um primeiro plano, os *atores sociais* com destacada projeção temporal no espaço internacional são identificados pela Geografia das Relações Internacionais, ora, pelo grau de centralização das suas ações diplomáticas, como no caso dos Estados e Organismos Supra Governamentais, ora, pelo grau de descentralização de suas ações paradiplomáticas, como no caso das Empresas, Organismos Não Governamentais e outros Atores Subnacionais.

Em um segundo plano, as *forças* manifestadas no sistema internacional são categorizadas conforme a sua natureza geopolítica, geoeconômica, geojurídica ou geocultural a partir da resultante final existente no campo de poder produzido pelos distintos vetores das ações dos atores sociais, as quais se manifestam por meio de sentidos de convergência ou divergência ao longo do espaço e do tempo.

Uma vez conformada a identificação dos principais atores sociais e da força resultante de suas ações, a análise da GeoRI é desenvolvida pelo estudo das ações e da manifestações dos fenômenos em um *campo de poder*, no qual as dinâmicas geoestratégicas se manifestam temporalmente por meio de *periodizações* na curta e/ou longa duração *vis-à-vis* aos diferentes padrões de *espacialização intranacional* (lugar, paisagem, região e território) que são conectados pela *espacialização internacional* (espaços plurilateral, regional e multilateral) por meio da *espacialização híbrida* (fronteira) em razão das crescentes porosidades dos Estados Nacionais.

O núcleo duro do subcampo da Geografia das Relações Internacionais pode ser apreendido pelo estudo dos campos de poder internacional, definidos os atores e forças que se manifestam temporalmente em determinadas escalas, por meio do uso de diferentes metalinguagens por parte do analista que pode se posicionar teoricamente conforme sua orientação ideológica crítica, liberal, nacional-realista ou mesmo híbrida.

Existem três dimensões pertencentes a este núcleo duro que fundamentam o caráter científico da análise, as quais juntas são identificadas pelas naturezas ontológica, epistemológica e fenomenológica como tripé cognitivo da Geografia das Relações Internacionais, por serem o alicerce de uma complementação incremental que leva em consideração, tanto, aspectos com maior grau de abstração, quanto, aspectos com maior grau de concretude no estudo dos fenômenos.



Fonte: Elaboração própria.

A primeira pilastra do núcleo duro é a *dimensão ontológica*, a qual corresponde aos conceitos essenciais de qualquer estudo da Geografia das Relações Internacionais, razão pela qual é constituída como uma forma abstrata e genérica de análise, sempre tomando como referência os conceitos de *campo de poder internacional*, *espacialização* e *periodização*, sendo o primeiro resultado direto das forças produzidas em um contexto dos últimos.

A segunda pilastra do núcleo duro é a *dimensão epistemológica*, que toma como referência os conceitos ontológicos ou essenciais do estudo geográfico e lhes dá diferentes dimensionamentos com a construção de teorias por meio do uso de metalinguagens geográficas, sendo estas consideradas tipos híbridos, quando fundamentados em diferentes quadros ideológicos, ou tipos puros, quando baseados, seja, nas vertentes, crítica, liberal ou nacional-realista.

A terceira pilastra do núcleo duro é a *dimensão fenomenológica*, razão maior da Geografia das Relações Internacionais, por se fundamentar na aplicação descritiva e normativa da ciência ao

estudo concreto dos fenômenos internacionais existentes ao se balizar pelo uso de determinada metalinguagem no estudo do campo de poder internacional produzido no tempo em um recorte espacial.

Com base nestas três pilstras que constituem o núcleo duro da Geografia das Relações Internacionais Internais, um único fenômeno quando analisado passa a ser explicado e prescrito normativamente por diferentes metageografias, dando lugar a um pluralismo científico em razão de uma tradicional monocultura institucional existente no pensamento geográfico e de outras áreas afins.

As características previamente apresentadas sobre o núcleo duro da Geografia das Relações Internacionais permitem identificá-la como um ramo do pensamento geográfico que estuda a dinâmica internacional por meio de um arcabouço amplo de teorias que não se restringem às clássicas fundamentações da geografia política, mas antes, absorvem contribuições multidisciplinares principalmente dos subcampos da geoeconomia, do geodireito e da geocultura, assim como da história, economia e relações internacionais.

3.2. Metageografia e os paradigmas interpretativos da Geografia das Relações Internacionais

A metageografia trata-se de um conceito derivado do campo da metalinguagem que toma a própria produção teórica da geografia acadêmica como referência de análise e interpretação, tendo por objetivo exprimir as diferentes possibilidades de construção do pensamento geográfico ao ressaltar que elas não são dadas por uma única geografia, mas por distintas metageografias.

Levando em consideração a concepção de metageografia é possível compreender que cada um dos *paradigmas* ou principais correntes ideológicas possíveis para a construção do conhecimento internacionalista nas ciências sociais se distinguem em *metageografias* próprias ao imputarem uma representação específica do espaço mundial.

Mesmo não sendo claramente expostas concepções relacionados ao espaço, observa-se que as teorias sociais *lato sensu* que discutem as relações internacionais, quando analisadas com profundidade analítica, demonstram a importância do espaço enquanto uma esfera internacional diferenciada, seja por meio de representações e metáforas presentes em seus discursos, em função da contraposição lógica que contrapõe o interno e o externo, ou mesmo pela reificação da territorialidade (NOGUEIRA, 2000).

Neste sentido, a Geografia das Relações Internacionais ao trazer distintas representações analíticas e teóricas dos fenômenos presentes no sistema internacional considera que a construção analítica não é absoluta e por isso é factível cientificamente de questionamento por diferentes visões ou metageografias.

A despeito de existirem distintas classificações possíveis para a construção dos conhecimentos sociais, o presente artigo chama a atenção para três matrizes ideológicas para a interpretação dos fenômenos estudados pela geografia de relações internacionais - *paradigma nacional-realista*, *paradigma liberal* e *paradigma crítico* - que se diferenciam um dos outros por formarem representações específicas do espaço mundial.

O *liberalismo* pode ser compreendido como um paradigma racionalista eclético que está assentado sobre diferentes matizes teóricas que têm em comum a defesa de conceitos liberais clássicos oriundos desde o período iluminista. A compreensão da Geografia das Relações Internacionais é advinda neste caso a partir da identificação de que na dinâmica mundial o espaço é malheavelmente construído por uma pluralidade de variáveis de influência, tal como o direito, a política e a economia que se inter-relacionam por vetores essencialmente cooperativos. As principais vertentes teóricas de cunho liberal identificadas pela interpretação internacionalista dos fenômenos seriam as correntes idealista, funcionalista e da interdependência complexa.

A ideologia do *nacional-realismo* trata-se de um paradigma metageográfico racionalista de interpretação da dinâmica internacional essencialmente estado-centrista, onde a espacialidade é determinada de maneira conflitiva em um mundo anárquico predominantemente pelas variáveis políticas ou em outras palavras, pelas relações de poder entre os Estado-Nações. As principais vertentes teóricas seriam o realismo político clássico, realismo cultural advindo de temáticas como o choque de civilizações, as escolas econômicas intervencionistas-protetionistas e as teses de estabilidade hegemônica.

As *teses críticas* conformam um paradigma que promove uma arqueologia dos fenômenos internacionais a partir da desconstrução das relações de poder advindas da realidade e de outras ideologias. O fracionamento assimétrico das relações de poder e do próprio espaço internacional a partir de polarizações é capitado teoricamente pelas vertentes racionalista de teorias marxianas e marxistas (principalmente imperialismo, teorias da dependência, dos sistemas-mundo e dos ciclos hegemônicos) ou de vertentes reflexionistas de estudos pós-modernos com abordagens pós-colônias, ambientais, de direitos humanos e gênero.

A construção de uma pluralidade de metageografias das relações internacionais tem relevância por se posicionar de maneira absorvente e interdisciplinar em um momento de crise teórica e prática da geografia frente à compressão espaço-temporal e complexificação da dinâmica internacional (HARVEY, 1992).

A centralidade da adoção de uma concepção aberta e plural de interpretações metageográficas de relações internacionais reside na compreensão que a evolução do pensamento científico nunca foi linear, mas antes passa por embates entre distintos sistemas de pensamento e

crenças, que nos últimos dois séculos estiveram assentados em três diferentes trajetórias ou paradigmas ideológicos – o liberalismo, o nacional-realismo e o marxismo.

3.3. Marcos de espacialização na Geografia das Relações Internacionais

A noção de *escala* tem importância de análise na geografia das relações internacionais enquanto nível lógico essencial para a compreensão de qualquer realidade é integrada de forma transescalar, pois os contextos globais estão relacionados com as espacializações intra-nacionais e internacionais.

O subcampo da Geografia das Relações Internacionais torna evidente que existe um vínculo entre a formação espacial internacional e o processo de produção das formações econômico-sociais nacionais dentro de um sistema internacional, uma vez que além da *análise escalar* torna-se relevante a sua *periodização* histórica e contextualizada por meio da compreensão da dinâmica internacional em função de forças estratégicas e relacionais com temporalidades de curta e longa duração.

Na ótica da Geografia das Relações Internacionais, a etapa de integração internacional conhecida pelo termo “globalização” produz novas espacialidades que são recortadas por um emaranhado de fluxos e fixos que escapam a uma representação legível se não forem tomados a partir de esquemas de simplificação tal como são as *redes* ou os *spaghetti-bowls* que partem da escala local e chegam a permear todo o sistema internacional, por meio de fluxos políticos, culturais e econômicos que impactam na fluidez da espacialidade intra-nacional e internacional.

Destarte, a Geografia das Relações Internacionais é um subcampo revelador de uma opção inteiramente nova para a renovação dos estudos geográficos ao romper com a clássica indeterminação da geografia cindida entre as ciências da natureza e as ciências humanas, por meio de um recorte transescalar sobre os fenômenos que vai do local ao global pelo diálogo de estruturas escalares intra-nacionais, internacionais e híbridas.

Os marcos escalares presentes nos estudos de Geografia das Relações Internacionais obedecem a três marcos distintos de espacialização que levam em consideração a dinâmica de fluxos nos espaços intra-nacionais (lugar, paisagem, região e território), espaços internacionais (espaços plurilateral, regional e multilateral), e, espaços híbridos entre o espaço nacional e o internacional (fronteira).

Com base nestas espacializações, o estudo da Geografia das Relações Internacionais implica em uma ótica analítica diferenciada, segundo as escalas operadas entre o local e o global, que dá acesso a uma macrogeografia dos territórios e às diversas articulações da espacialização por uma

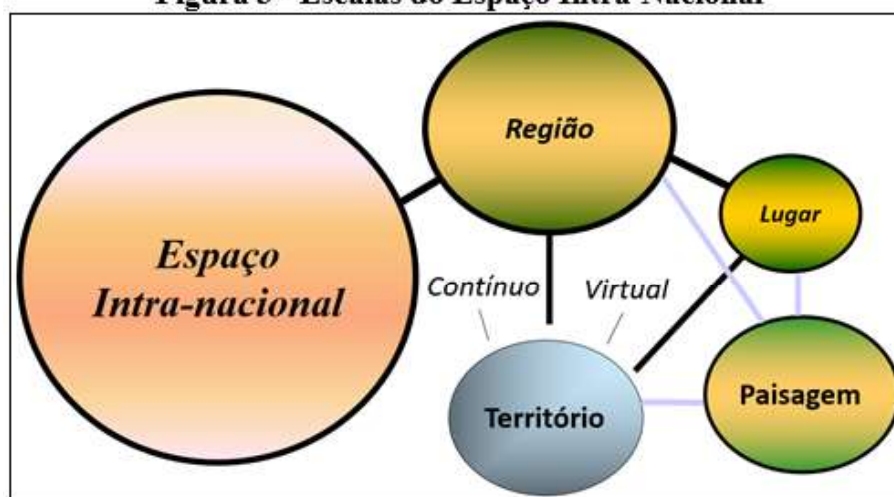
pluralidade de *stakeholders* que se relacionam por padrões complexos de cooperação ou conflito.

3.3.1. Escalas intra-nacionais

O estudo do espaço intra-nacional segundo diferentes escalas toma como referência distintos sistemas relacionais existentes na realidade a partir de apreensões analíticas que incluem desde óticas telescópicas até óticas microanalíticas, por meio do uso dos conceitos escalares de lugar, paisagem, região e território.

No espaço intra-nacional, o Estado-Nação representa o território de soberania, mediador entre as o global e o local, sendo *locus* de intermediação ou filtragem de horizontalidades e verticalidades dos processos de cooperação e conflito promovidos por ações diplomáticas e paradiplomáticas que acabam se manifestando nas escalas do lugar, da paisagem, do território e da região.

Figura 3 - Escalas do Espaço Intra-Nacional



Fonte: SENHORAS (2012). Adaptação própria.

Em primeiro lugar, o *lugar* se caracteriza como a escala de maior materialidade e concretude, propiciando uma microvisão dos fenômenos locais em que há uma tradicional escala de visualização de horizontalidades suscetível à crescente observação de verticalidades propiciadas por uma lógica *glocal* de interação entre o global e o local.

Em segundo lugar, a *paisagem* trata-se de uma escala elástica com distintos graus de materialidade e que repercutem, tanto, em micro, quanto, em macrovisões sobre as dimensões cultural e natural existentes na espacialidade, por meio de uma percepção sobre as rugosidades que se materializam nas relações homem-natureza, homem-homem, e natureza-natureza.

Em terceiro lugar, o *território* é uma meso-escala analítica de agregação das relações que se fundamenta em uma formação histórica que é permeada por campos de poder, materializando-se em

extensões contínuas, permeadas dentro de determinadas fronteiras, ou, mesmo, descontínuas, manifestadas virtualmente ou por polarizações, como o urbano e o rural, ou, global e o local, as quais se conectam por meio de sistemas reticulares de fixos e fluxos, em que podem coexistir diversas territorialidades, sobrepostas ou paralelas (SAQUET, 2007).

Em quarto lugar, a região é uma meso-escala extremamente elástica de agregação da espacialidade, podendo ser qualquer área geográfica em que houver um recorte temático ou uma unidade distinta em virtude de determinadas características, pois se baseia em variáveis de similitude e semelhança que se manifestam em macro-regiões e micro-regiões, conforme o nível de agregação territorial de determinadas características comuns de geografia física ou humana (SENHORAS, 2009).

As quatro escalas abordadas embora representem padrões de espacialização intra-nacional, claramente possuem relevância para o estudo da Geografia das Relações Internacionais, uma vez que a capilaridade das redes infra-estruturais de transporte e comunicação possibilitam uma crescente quebra das barreiras nacionais que impactam diretamente na expansão bidireccional de articulações internacionais (de fora para dentro) e intranacionais (de dentro para fora).

3.3.2. Escala híbrida (fronteira)

A fronteira internacional é uma escala marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação, que atrai e repele, justamente por representar espacial híbrido dinamizado por, tanto, forças centrípetas de introversão, limitação e separação que se orientam pelos marcos abstratos do território nacional, quanto, quanto, forças centrífugas de extroversão, contato e aproximação que se orienta pela cooperação e integração na internacionalização.

Ao serem dinamizadas por forças nacionais de natureza centrípeta em contraposição às forças internacionais de natureza centrífugas, as fronteiras são observadas por meio de marcos normativos, definidos pelas legislações nacionais quanto à extensão de faixas de segurança, bem como marcos fáticos existentes nas linhas de fronteira entre um país e outro, justamente, naqueles pontos fixos de interação mais intensa como as cidades gêmeas (SIMÕES, SENHORAS, 2014).

Conforme Senhoras (2013), a espacialização híbrida da fronteira internacional pode ser compreendida por uma extensão que se manifesta por 1 linha fronteira de separação e contato entre o doméstico e o estrangeiro e 2 faixas fronteiriças existentes em cada país definidas legalmente por discricionariedade nacional, as quais somadas conformam 1 zona (trans)fronteira em que se manifestam fluxos e dinâmicas de divergências e convergências.

Figura 4 - Espacialização híbrida da fronteira internacional



Fonte: Ferreira e Senhoras (2014). Adaptações próprias.

Em primeiro lugar, a *linha de fronteira*, por representar uma ampla extensão de separação e contato entre países, possui destacado interesse nos estudos de Geografia das Relações Internacionais por meio de análises sobre *cidades gêmeas*⁴, já que estas representam um conceito fronteiriço relevante sobre os limites da territorialização nacional, bem como, da reterritorialização internacional, pois são cidades presentes no limite internacional ou próximas do limite com cidades homólogas em país limítrofe.

Em segundo lugar, a *faixa de fronteira* representa uma extensão intra-nacional legalmente definida por cada país, na qual incidem princípios da segurança nacional na visão clássica da geografia política, em contraposição aos princípios de integração regional e multilateral, os quais obedecem à ótica geoeconômica de fomento comercial dos processos de liberalização e criação de regimes especiais aduaneiros, como Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e Áreas de Livre Comércio (ALCs), também conhecidas como Portos Livres (MAIESKI *et al.*, 2013).

Em terceiro, a *zona de fronteira* é definida como um conceito geográfico transfronteiriço potencialmente suscetível à existência de uma pluralidade de fluxos internacionais, expressado por meio de um padrão *continuum* de interação espacial entre países, no qual há a manifestação de um

⁴ Embora a terminologia mais adequada para identificar as localidades transfronteiriças interdependentes seja cidades-irmãs e não necessariamente cidades-gêmeas - pois os polos têm desenvolvimento evolutivo acoplado, mas não necessariamente nascem iguais ou ao mesmo tempo - a literatura científica geográfica e internacionalista acabou consolidando a expressão, motivo pelo qual se mantém o seu uso popular. O surgimento paralelo de cidades em cada faixa da fronteira nacional antes de se tratar de uma horizontalidade produzida por um processo voluntário e natural, se refere a uma construção territorial criada por verticalidades artificialmente difundidas pela iniciativa reativa no tempo de governos nacionais ao estimular a formação de cidades-irmãs (SENHORAS, 2013).

arranjo contíguo de faixas territoriais que se estendem ao longo da linha limite ou de contato da fronteira internacional até a extensão legal de cada uma das faixas de fronteira nacional (BRASIL, 2005).

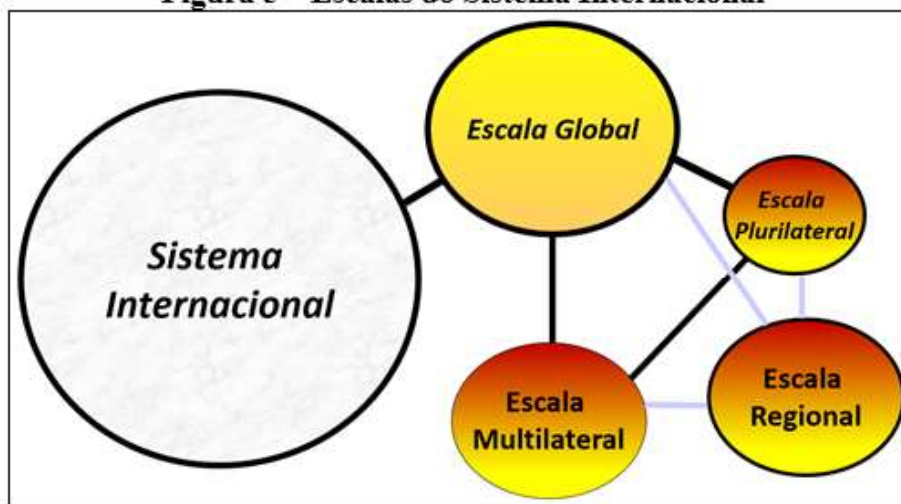
Esta discussão aponta que a complexidade da escala híbrida da fronteira torna-se suscetível à análise da Geografia das Relações Internacionais por meio do uso da simplificação analítica dos marcos conceituais de linha, faixa, zona e cidades gêmeas, a qual é funcional para mostrar que a fronteira é porosa e permeável a verticalidades e horizontalidades criadas por fenômenos centralizados de natureza diplomática e descentralizados de natureza paradiplomática.

3.3.3. Escalas inter-nacionais

As diferentes categorias escalares presentes na composição do sistema internacional são apreendidas pelo sentido das interações promovidas, em determinados campos de poder, de maneira centralizada por ações diplomáticas de Estados Nacionais e Organismos Supra Governamentais (OSGs), bem como, de maneira descentralizada por ações paradiplomáticas por diferentes *stakeholders*, como Empresas, Comunidades Epistêmicas e Organismos Não Governamentais (ONGs).

Embora o sistema internacional continue sendo balizado por uma clássica concepção geográfica estatal delimitada por fronteiras entre países, com um razoável poder explicativo de sua dinâmica, ela não é capaz de responder à alta velocidade das transformações da atual periodização da espacialização internacional, uma vez que surgem novos atores com ação geoestratégica concorrente ou paralela na potencialização de fluxos de distintas naturezas sobre o sistema internacional com materialização por meio das escalas multilateral, regional e plurilateral.

Figura 5 – Escalas do Sistema Internacional



Fonte: SENHORAS (2012). Adaptação própria.

No sistema internacional, a *escala global* trata-se da escala internacional *lato sensu*, resultante de forças de curta e longa duração de integração que se manifestam em campos de poder produzidos em escalas internacionais *stricto sensu* com padrões específicos de dinamização plurilateral, regional e multilateral.

Em primeiro lugar, a *escala multilateral* é uma macro escala internacional que tem passado por crescente expansão e adesão de atores nos últimos dois séculos desde a difusão do capitalismo liberal sob a égide dos ciclos hegemônicos britânico e americano por meio da conformação de regimes e organizações internacionais de governança global, os quais têm promovido um padrão de integração rasa em função do contato e da projeção internacional para múltiplos canto do globo por parte de atores sem contiguidade espacial.

Em segundo lugar, a *escala regional* trata-se de uma meso escala internacional que multirecorta o globo por meio de ondas de regionalização, as quais se manifestam por processos de integração profunda entre um número restrito de Estados Nacionais ou de outros *stakeholders* paradiplomáticos com proximidade geográfica ou cultural, justamente, quando as arenas multilaterais de governança são insuficientes para difundir a projeção internacional devido ao custo de transação existente pelo número elevado de atores (SENHORAS, VITTE, 2007).

Em terceiro lugar, a *escala plurilateral* é uma micro escala internacional de integração profunda em que há uma convergência estratégica entre um número restrito de atores com natureza diplomática ou paradiplomática, distinguindo-se da escala regional pela menor presença de negociações internacionais entre os *stakeholders* e por não necessariamente existir proximidade geográfica e cultural entre os mesmo.

Como resultado do complexo desenho espacial multirecortado por um emaranhado de forças presentes na projeção das escalas multilateral, regional e plurilateral no sistema internacional, a escala global pode ser compreendida como uma macro escala caótica, conformando-se por um emaranhado campo de poder cuja espacialização se manifesta pela arquitetura de um *spaghetti bowl*.

3.4. Marcos de periodização na Geografia das Relações Internacionais

A periodização é um método cronológico utilizado na geografia das relações internacionais para dividir o tempo segundo critérios de padronização que possui alta relevância analítica por justamente facilitar o estudo a partir de recortes que podem ser autoexplicáveis em razão da continuidade de determinadas características ao longo de determinado tempo, seja, na curta, ou, na longa duração.

Embora as periodizações de *curta duração* e *longa duração* sejam distintas, elas trazem uma complementaridade analítica, haja vista que no primeiro caso, o olhar subjetivo e de curto prazo do tempo é permeado pela complexidade do sincronismo de múltiplas variáveis *vis-à-vis* ao olhar objetivo e de longo prazo do tempo quando permeado por padrões estruturais que se repetem diacronicamente.

Por um lado, os marcos de periodização de *curta duração* levam em consideração as forças rasas que se manifestam conjunturalmente de curta duração em um dado momento, razão pela qual têm uma natureza sincrônica à manifestação das ações e comportamentos sociais, sem necessariamente impactar em repercussões posteriores.

A identificação de periodizações de curta duração sob a ótica da geografia das relações internacionais traz consigo um relevante exercício de análise de conjuntura sobre as forças rasas que atuam sincronicamente e que acabam repercutindo na construção de determinados fenômenos que têm relevância para o estudo orientado à academia ou ao *policymaking* no curto prazo.

Os marcos de periodização de curta duração são construídos com base em análises situacionais, por meio de metodologias de recorte, como de tipo ideais da análise weberiana, que permitem isolar os fatos sob um prisma subjetivo que seja funcional para isolar as principais forças rasas com relevância fenomenológica no tempo sincrônico da curta duração.

Na definição dos marcos de periodização de curta duração existe uma subjetiva malheabilidade dos períodos na ótica conjuntural da geografia das relações internacionais que é flexível em razão da complexidade e dinamismo sincrônico das ações e manifestações dos principais vetores diplomáticos centralizados e paradiplomáticos descentralizados que acabam por produzir forças rasas com impacto na dinâmica internacional.

Diferentemente das atividades diplomáticas que se caracterizam por rotinas próprias de uma ampla política pública de natureza externa dinamizada formalmente por um corpo diplomático e informalmente pela crescente participação de chefes de Estado, as atividades paradiplomáticas são específicas e oportunistas, ligadas, normalmente, aos interesses de determinados *stakeholders* da sociedade civil e do setor privado (SENHORAS, 2013, p. 01).

Na curta duração, a flexibilidade dos marcos de periodização é um requisito construtivo, para ter uma relevância funcional para a análise sincrônica das múltiplas camadas das relações internacionais erigidas por forças rasas sincrônicas de natureza, tanto, diplomática, quanto, paradiplomática que se manifestam, ora, por movimentos de fricção, ora, por suaves movimentos de convergência.

Sob a ótica de análise das forças de curta duração, os marcos temporais de periodização são definidos a partir de *ciclos de curta duração* que têm natureza incremental em razão das principais

forças rasas convergentes ou divergentes na dinâmica internacional, tanto, de natureza centralizada (diplomacia tradicional, diplomacia presidencial ou parlamentar, e, diplomacia cupular), quanto, de natureza descentralizada (paradiplomacia subnacional, empresarial, eclesiástica e epistêmica)

Na construção das forças rasas de curta duração estão presentes projeções internacionais de *ciclos de curta duração* que estão alavancados pelo cruzamento, tanto, de verticalidades de poder, originadas pelas chancelarias e seus respectivos corpos diplomáticos, quanto de horizontalidades de poder ao Estado-Nação, caracterizadas pelo surgimento paralelo e concorrente de uma série de ações específicas e setorializadas de atores ou rede de atores.

Por outro lado, os marcos de periodização de *longa duração* trazem consigo características estruturais que se cristalizam ao longo do tempo e acabam por se reproduzir como forças profundas de natureza diacrônica e com capacidade autopoética de influenciar as ações e comportamentos dos atores sociais.

Na geografia das relações internacionais a periodização de longa duração tem particular destaque por caracterizar as transformações existentes na dinâmica internacional por meio da identificação de forças profundas que criam inflexões a padrões previamente existentes com repercussão na construção de novas dinâmicas que se estruturam e se cristalizam ao longo do tempo.

No longo prazo, os marcos de periodização que refletem forças profundas de natureza estrutural nas relações internacionais são definidos rigidamente e de maneira objetiva por meio de *ciclos de longa duração* sob a ótica da GeoRI, haja vista que refletem padrões explicativos no tempo de determinados fenômenos que se repetem no tempo por meio de uma manifestação contínua ao longo do tempo.

A despeito de existir um olhar oriental milenar sobre os ciclos de longa duração nas relações internacionais, sob a ótica ocidental, o campo de GeoRI consolidou uma apreensão das estruturas explicativas das dinâmicas internacionais em determinados espaços e períodos a partir do Renascimento no século XIV, quando a convergência geocultural do cristianismo como força axiológica passa a ser erodida pela centralização de forças fáticas de natureza econômica e política que se manifestaram por subsequentes *ciclos hegemônicos internacionais*.

No século XIV, o primeiro ciclo hegemônico internacional, *mediterrâneo*, tem sua manifestação escalar na região europeia do Mar do Mediterrâneo, com a centralização do poder político e econômico em determinadas casas familiares de Cidades-Estados, como Gênova e Veneza, as quais deram origem a um embrionário e rentável padrão de capitalismo mercantil por meio de inovações incrementais na navegação de cabotagem em um período de transformação cosmológica de um mundo feudal para um mundo capitalista (ARAÚJO, SENHORAS, 2014).

No século XV, o segundo ciclo hegemônico, *ibérico e holandês*, trouxe a consolidação de uma dinâmica internacional plurilateral entre colônias e metrópoles, permeada por forças estado-

centristas, Portugal e Espanha, em um primeiro momento, como primeiros Estados Nacionais, e, em um segundo momento, no século XVI, com o Império Holandês, com núcleo de acumulação no Atlântico, sob a égide de um capitalismo mercantil de Grandes Navegações entre o Novo e o Velho Mundo, consolidado por uma política protecionista que fora funcional para desenvolver um padrão de acumulação predominantemente financeiro.

No século XVIII, o terceiro ciclo hegemônico, *britânico*, surge uma dinâmica internacional de natureza multilateral comandada pelos Estados Nacionais, embora com manutenção do centro de acumulação no eixo do Atlântico (Europa-América), sob a égide um Capitalismo Industrial movido, inicialmente, a Carvão e Vapor, o qual consolidou um período de acumulação produtiva sob a bandeira difundida do liberalismo (ARRIGHI, 2012).

No século XX, o quarto ciclo hegemônico, *americano*, entre 1940 e 1970, ampliou a dinâmica internacional sob uma arquitetura internacional de natureza multilateral com a consolidação de regimes internacionais e o surgimento de organizações internacionais no pós II Guerra Mundial, cuja difusão de um padrão de acumulação produtivo sob influência de políticas keynesianas e de um padrão de massa fordista-taylorista manteve o eixo do Atlântico como centro da acumulação internacional.

No último quartil do século XX, o quarto ciclo hegemônico, *competitivo*, sob liderança americana, embora, declinante, frente a outras hegemonias concorrentes, inaugurou uma mudança estrutural do eixo de acumulação consolidado por cinco séculos, no Atlântico, em direção ao Pacífico, com a difusão do modo de produção enxuta, do neoliberalismo, da quebra de regimes multilaterais e do surgimento de estratégias tecno-financeiras que dão novo impulso a uma dinâmica de acumulação predominantemente financeira, tornando a dinâmica internacional crescentemente volátil, e, cada, vez menos multilateral, frente aos avanços das arquiteturas regionais e plurilaterais.

A evolução dos ciclos de longa duração das relações interacionais demonstra, não por acaso, que a soberania estatal como princípio regulador do sistema internacional, ao delimitar a lógica intra-nacional e inter-nacional, tem crescentemente sido relativizada pela proliferação de atores com ação internacional paralela em um período de crescente interdependência entre as escalas e os atores, o que torna as fronteiras cada vez mais porosas e fluidas e a análise cada vez mais dependente do cruzamento de um debate sobre as forças rasas e de longa duração a fim de desvelar a complexidade existente na atual geografia das relações internacionais.

4. Últimas considerações à guisa de conclusão

Tornou-se trivial dizer que o mundo está mudando em grande velocidade, porém, nenhum consenso há quando se trata de compreender o sentido e a profundidade dessas mudanças no contexto da globalização e quais são os vetores do desenvolvimento, haja vista que nas diversas sociedades humanas que experimentaram variadas formas de se relacionar com o *espaço* e com o *tempo*; suas diferentes épocas ou estágios evolutivos viram mudanças nessa relação.

Algumas das diferentes experiências e interpretações contemporâneas da geografia, no vivenciar o espaço e o tempo, passaram a sofrer constantes modificações, modificações essas sempre num mesmo sentido, em que os espaços vão diminuindo e o tempo parece transcorrer de forma cada vez mais acelerada, tal como descreve David Harvey (1992), ao usar uma figura de analogia com a física para demonstrar a experiência do "encurtamento do espaço-tempo", muito própria do capitalismo e exacerbada nos dias atuais.

A despeito dos processos de produção e reprodução do *espaço global* terem sido importantes problematizações recentes dos estudos geográficos, as teorias convencionais mantêm uma visão cartesiana do espaço mundial que é estadocêntrica, hierarquizada e *locus* dos fenômenos políticos, econômicos e culturais por meio de uma representação moderna generalista que permanece como marco separador das unidades territoriais e como baliza de diferenciação entre o *espaço nacional* e o *espaço internacional* (ASHLEY, 1987).

O abrupto salto qualitativo da escala nacional para a escala internacional tem sido realizado eficientemente pelas teorias geográficas convencionais por meio do uso do *Estado territorial* enquanto conceito que articula, pelo princípio da soberania, a diferenciação entre “dentro e fora”. A eficiência do Estado territorial enquanto artifício teórico respondeu a uma formação histórica sócio-espacial de expansão do capitalismo entre o século XV e século XX, mas é, em princípio, incapaz de sustentar uma análise plausível das transformações históricas em qualquer contexto (WALKER, 1993).

Em um período em que as fronteiras têm se tornado mais porosas e fluidas diante da multi-territorialidade de uma série de processos econômicos, sociais, culturais e mesmo políticos, o princípio da soberania e das práticas associadas às tradicionais funções e natureza do Estado vêm sofrendo crescentes questionamentos e repercutem sobre a escala internacional.

Se, por um lado, algumas vertentes teóricas têm relativizado a importância da soberania estatal como princípio regulador do sistema internacional, por outro lado, outros estudos vêm defendendo que a proliferação de atores e espaços internacionais é sinal de que a transformação da soberania estatal está mais relacionada com a negociação da interdependência e de novos espaços do que com a preservação da autonomia estatal.

Em um contexto de crescente relevância de novas práticas espaciais no âmbito internacional e de novos atores na transformação do capitalismo mundial, um estudo geográfico aberto e plural adquire lugar estratégico para repensar uma teoria espacial nas relações internacionais por meio de novas categorias analíticas.

As transformações recentes do quadro mundial, acompanhadas da irreversível tendência à interdisciplinaridade no âmbito das ciências sociais, constituem sérios desafios teóricos e metodológicos à geografia e à geografia política em particular [...]. A sobrevivência de velhas práticas políticas, e de estruturas econômicas *atrasadas*, em meio a *novíssimas* tendências, cuja dinâmica tem sido irradiada de antigos e novos centros hegemônicos mundiais, compõe um cenário de contradições profundas, que não comporta interpretações fechadas e definitivas (COSTA, 1992, p. 327, 329).

Diante da necessidade de se criar uma linguagem nova para explicar a complexa nova dinâmica espacial do mundo global, a geografia particularmente tem enfrentado pressões e demandas de renovação oriundas endogenamente e exogenamente ao seu consolidado campo científico para uma maior abertura dialógica e de interpenetração aos recortes científicos.

Segundo Hissa e Girardi (2001), a geografia é lugar privilegiado do exercício transdisciplinar e do ensaio da integração em função de suas características que facilmente estimula o contato e não a fronteira, motivo este que torna a geografia das relações internacionais em um sub-campo de extrema relevância para a construção de um rico olhar geográfico que é capaz de simultaneamente fazer alianças internas e externas para melhor explicar a fluida e dinâmica realidade.

A partir desse quadro evolutivo de desenvolvimento pragmático do mundo e reflexivo nos desenvolvimentos teóricos, ao adotar o recorte epistemológico da Geografia das Relações Internacionais, o presente trabalho objetivou demonstrar a importância desse novo campo absorvente de estudos para a renovação dos estudos geográficos.

Ao ser uma área de contato entre diferentes alianças internas e externas, a geografia de relações internacionais tem como desafio não se restringir em sua construção à utilização de monoculturas ideológicas tal como já acontecera na evolução do pensamento geográfico, quando perspectivas individuais compartilhadas pela comunidade científica fecharam outras profícuas trajetórias epistemológicas de explicação da realidade.

A história das ciências é plena de conflitos, polêmicas, alternativas que se contrapuseram num determinado momento. Talvez seja exatamente este o âmago do desenrolar de um saber: os contextos de indeterminação, de caminhos ou alternativas plurais que se enfrentam e suscitam um andar, menos ou mais acelerado, neste ou naquele sentido. O avanço do conhecimento, em especial o

científico, não se faz tão somente com a descoberta de novos aspectos da realidade, de novos fenômenos ou de encadeamentos entre os mesmos, enfim de novos achados sobre o(s) objeto(s) estudado – ou mesmo da (re)construção dos objetos ou da invenção de novos. Ele também ocorre em oposição a modelos ou esquemas de pensamento dominantes e/ou tradicionais, no confronto com as idéias estabelecidas e constantemente reproduzidas. Esse processo é recorrente no desenvolvimento das ciências e existe desde os primórdios da chamada revolução científica (VESENTINI, 2008, p. 02).

A despeito de existirem fricções naturais advindas dos diferentes círculos científicos ou faltar linearidade na construção científica, a concepção plural e absorvente da geografia de relações internacionais propõe apenas a liberdade dos pesquisadores para escolher o seu viés ideológico, ao abrir o campo para plurais posições teóricas, tanto racionalistas quanto reflexionistas, e reconhecendo que há distintas subjetividades na construção do conhecimento científico que têm importâncias específicas para compreender a complexa realidade internacional.

A Geografia das Relações Internacionais apresenta-se, portanto, por meio de uma série de metageografias como uma recente contribuição teórica por ser uma área de convergência entre os estudos geopolíticos, geoculturais, geojurídicos e geoeconômicos, ao mesmo tempo em que ultrapassa os limites de cada especialização.

As diferentes metageografias possibilitadas pela Geografia de Relações Internacionais têm o objetivo de contemplar aspectos de síntese como de análise, aliando, distintas correntes endógenas e exógenas à geografia quando funcionalmente utilizadas por meio de marcos conceituais de periodização e espacialização.

Essa efetivação do contato dentro da própria geografia entre áreas especializadas aparentemente isoladas pode viabilizar a consistência de uma maior crítica por meio da geografia das relações internacionais na construção de um saber mais compreensivo, caso a academia científica seja mais aberta à alteridade em suas discussões uma vez que a aproximação transdisciplinar entre as áreas do conhecimento tende a ampliar os horizontes da ciência.

5. Referências bibliográficas

- ARAÚJO, L. M. G.; SENHORAS, E. M. *Marcos evolutivos e conceituais sobre a internacionalização de empresas no Brasil*. Projeto de pesquisa de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- ASHLEY, R. "The geopolitics of geopolitical space: Toward a Critical Social Theory of International Politics". *Alternatives*, n XII, 1987.

- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: MI, 2005.
- CHEMIN, B. F. *Manual da Univates para Trabalhos Acadêmicos*. Lajeado: UNIVATES, 2010.
- COSTA, W. M. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Editora Hucitec / Editora da USP, 1992.
- CRUZ, S. V. “Um prisma ex-cêntrico: O campo das relações internacionais no Brasil e os desafios da época”. *Seminário Internacional Visões da Periferia: representações, teorias, e questões na disciplina de Relações Internacionais fora do centro*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2005.
- DERVIN, B.; FOREMAN-WERNET, L.; LAUTERBACH, E. *Sense-Making Methodology Reader*. Cresskill: Hampton Press, 2003.
- DURAND, M. “Geografia e relações internacionais: globalização, territórios e redes na perspectiva da escola geográfica francesa”. *Caderno CRH*, vol. 19, n. 48, 2006.
- EGLER, C. “As escalas da economia: Uma Introdução à dimensão territorial da crise”. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 53, n. 3, 1991.
- FERREIRA, M. A. A.; SENHORAS, E. M. *Comércio formiga na fronteira Brasil-Venezuela*. Relatório de pesquisa de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.
- FEYERABEND, P. *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1977.
- HABERMAS, J. *Direito e Democracia – entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HANSON, N. R. *Patrones de descubrimiento. Observación y explicación*. Madrid: Alianza Universidad, 1977.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 1992.
- HISSA, C. E. V.; GERARDI, L. H. O. “Imagens da geografia contemporânea: modernidade, caos e integração dos saberes”. In: GERARDI, L. H.; MENDES, I. A. (orgs). *Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de geografia contemporânea*. Rio Claro: UNESP/AGETEO, 2001.
- KNELLER, G. F. *A Ciência como Atividade Humana*, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.
- LAKATOS, I. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza Universidad, 1983.
- LEFEBVRE, H. *The production of Space*. Oxford: Blackwell Press, 1991.
- LEWIS, M. W.; WIGENS, K. E. *The Myth of Continents: a Critique of Metageography*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- MAIESKI, E.; SENHORAS, E. M.; TREVISAN, R. “Dinâmica fronteiriça no arco norte brasileiro no contexto das Áreas de Livre Comércio”. *Cadernos de Finanças Públicas*, vol. 12, 2013.
- NAGEL, E. *La Estructura de la Ciencia*. Buenos Aires: Paidós, 1978.

- NOGUEIRA, J. P. "Notas sobre a contribuição da teoria crítica à problematização do espaço nas relações internacionais". *Contexto Internacional*, vol. 22, n. 2, 2000.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A Nova Aliança: A Metamorfose da Ciência*. Brasília: Editora da UNB, 1984.
- ROSE, A. H. *A Geography of International Relations*. Dayton: University of Dayton Press, 1965.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- SENHORAS, E. M. "A geoeconomia dos espaços regionais transnacionais". In: TORRES, F. T. P. et al. (orgs.). *Contribuições geográficas*. Ubá: Editora Geographica, 2009.
- SENHORAS, E. M. *Uma agenda de estudos sobre a regionalização transnacional na América do Sul*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2010.
- SENHORAS, E. M. "Escala da Geografia das Relações Internacionais". *Selected Works of Elói Martins Senhoras*. Boa Vista: UFRR, 2012. Disponível em: <www.works.bepress.com/eloi>. Acesso em 15/01/2015.
- SENHORAS, E. M. "Dinâmica fronteiriça das cidades-gêmeas entre Brasil e Guyana". *Revista GeoNorte*, vol. 7, 2013.
- SENHORAS, E. M.; VITTE, C. C. S. "A escala do regionalismo transnacional sob construção". *Memórias del XI Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Bogotá: UNAL, 2007.
- SIMÕES, S. O.; SENHORAS, E. M. "Comércio formiga e os campos de poder na dinâmica fronteiriça: um estudo de caso na fronteira Guyana-Brasil". *Anais do XIII Seminário Internacional: Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII)*. Salvador: SEI, 2014.
- SMITH, N. "Contornos de uma política espacializada". In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2002.
- TAYLOR, P. & FLINT, C. *Geografia Política: Economia-Mundo, Estado-nación y localidad*. Madrid: Trama, 2002.
- VESENTINI, J. W. "Controvérsias geográficas: epistemologia e política". *Confins -Revista Franco Brasileira de Geografia*, n. 2, 2008.
- WALKER, R. B. J. *Inside/outside – International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WALTZ, K. N. *Theory of International Politics*. Nova York: McGrill Press, 1979.
- WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*, partes 1 e 2. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

